

Caravana Comunidade Segura

Cumpra-se o Estatuto do Desarmamento



Cumpra-se o Estatuto do Desarmamento

Em 2003 foi aprovado o Estatuto do Desarmamento, uma lei bastante moderna e completa, que finalmente controla o uso de armas de fogo no Brasil. No seu primeiro ano de vigência o Estatuto já salvou mais de 5.000 mil vidas (segundo a UNESCO) e colocou o tema em debate pelo Brasil afora. Esta foi uma grande conquista da sociedade civil brasileira, que por anos vem lutando para construir um país mais pacífico e seguro.

Para fazer com que o Estatuto do Desarmamento siga cumprindo sua função, de controlar as armas no país, e conseqüentemente diminuir os números alarmantes de mortes no Brasil, TODA A SOCIEDADE DEVE SE JUNTAR PARA APOIAR ESTA LEI E, MAIS DO QUE ISSO, APOIAR OS VALORES CONTIDOS NELA.

Neste documento você encontrará:

- 1- O Histórico do Estatuto do Desarmamento*
- 2- Os Resultados da nova Lei*
- 3- O que cada um pode fazer para apoiar o Estatuto.*

Histórico

O Estatuto do Desarmamento é uma lei que **controla o uso de armas de fogo no Brasil**. Comparado a leis semelhantes de outros países, o Estatuto é uma das leis mais modernas em vigor na atualidade. Sancionada em dezembro de 2003, foi criada a partir da intensa mobilização de organizações da sociedade civil.

As regras para se comprar uma arma e mesmo os mecanismos de controle destas no Brasil sempre foram falhos ou praticamente inexistentes. Isto gerou, por muitos anos, uma grande entrada de armas em circulação no país, fazendo com que o fácil acesso às armas de fogo transformasse os conflitos existentes na sociedade brasileira em tragédias.

Em 1995, apareceram os primeiros movimentos pró-desarmamento no Brasil e o controle de armas de fogo começou a entrar na pauta de preocupações nacional. Neste mesmo ano, houve a primeira mudança na legislação, ainda bastante insipiente frente à realidade brasileira. Afinal, no Brasil, 88% dos homicídios são cometidos por armas de fogo (DATASUS 2002).

Os movimentos não pararam. Organizações passaram a realizar eventos e atos públicos chamando a atenção da população brasileira. Somando-se a isso, os dados e pesquisas que apareciam mostravam relação direta entre o fácil acesso às armas de fogo e o aumento do número de homicídios, comprovando que quanto **mais armas em circulação, mais morte**.

Eventos que tiveram grande repercussão foram as destruições públicas de arma, propostas e com apoio técnico de ONGs, e promovidas por governos estaduais e pelo Exército. A primeira, ocorreu em São Paulo, em agosto de 1997, por iniciativa da Campanha Sou da Paz, que depois se tornaria um Instituto. Em 2001, o Viva Rio promoveu a destruição de 100 mil armas no Rio de Janeiro, um recorde mundial.

Em junho de 2003, foi organizada uma Marcha Silenciosa, com sapatos de vítimas de armas de fogo em frente ao Congresso Nacional. Este fato chamou bastante atenção da mídia e da opinião pública. Os legisladores tomaram para si o tema e criaram uma comissão mista, com deputados federais e senadores, que elaborou o projeto de lei

que daria origem ao **Estatuto do Desarmamento**. Para ler a nova lei, entre no site www.soudapaz.org.

Depois de redigido, faltava a aprovação, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. O Estatuto ficou, então, mais de 3 meses parado esperando a aprovação. Na Câmara dos deputados, enfrentou o poderosíssimo “lobby das armas”, ou seja, deputados federais que na sua maioria tiveram as campanhas financiadas pelas indústrias de armas e munições, a chamada “Bancada da Bala”.

A sociedade civil se mobilizou para contrabalançar a pressão da indústria de armas e munições. Foram realizadas marchas a favor do Estatuto em 7 capitais do Brasil, sendo que em setembro, 50.000 pessoas marcharam em Copacabana. A mídia jogou papel importante, divulgando pesquisas que relacionam a proliferação de armas ao assustador índice de mortes: 100 brasileiros morrem em média por dia fulminados com armas de fogo, o maior índice do mundo, em números absolutos. A novela “Mulheres Apaixonadas”, da TV Globo, levou o debate sobre o uso de armas para dentro das casas. Por essa altura, 80% dos brasileiros estavam a favor da aprovação do Estatuto do Desarmamento, segundo o Instituto Sensus. A pressão popular foi mais forte e no dia 23 de outubro de 2003 o Estatuto do Desarmamento foi finalmente aprovado na Câmara dos Deputados.

Leis boas geram resultados

No primeiro ano de vigência do Estatuto do Desarmamento, o índice nacional de homicídios por armas de fogo caiu 8,2%. Foi a primeira queda nesse número nos últimos 13 anos! [Ministério da Saúde, 2004]. Ao cruzarmos os dados referentes ao Sistema de Informações sobre Mortalidade [SIM], do Sistema Único de Saúde [SUS], com o número de armas recolhidas durante a Campanha do Desarmamento - registrado no Ministério da Justiça, percebemos que dos 14 estados que mais entregaram armas durante a Campanha de Entrega Voluntária de Armas, 12 apresentaram quedas consideráveis nos índices de mortes por armas de fogo.

Outros dados relevantes mostram que Estatuto do Desarmamento **provocou queda de 92% no comércio de armas**. Antes do Estatuto, 7.387 portes de arma foram expedidos no Estado de São Paulo. Depois da nova lei, que proibiu o PORTE de armas para civis, ou seja, não permitindo mais que pessoas comuns andassem armadas, dos 2.064 pedidos, só 16 foram concedidos.

Fonte: O Estado de São Paulo (com dados da Polícia Federal), de 13/03/2006 – Caderno Cidades/Metrópole.

O QUE CADA UM PODE FAZER?

Para conseguirmos que a lei continue dando resultados toda a sociedade deve se mobilizar para fortalecê-la. Abaixo seguem algumas propostas do que é necessário fazer para garantir que o Estatuto do Desarmamento saia de fato do papel e continue salvando vidas no Brasil.

- 1. Conhecer a Lei e difundi-la:** Neste documento segue um breve resumo do Estatuto, com os principais pontos da lei. O essencial é entendermos que nela estão contidas inúmeras medidas que juntas conseguirão controlar as armas de fogo que já estão ou que entrarão em circulação no país, tanto as legais quanto as ilegais. Afinal de contas, as armas de fogo sempre começam legais e, num determinado momento, passam a ser ilegais. Assim, devemos CONTROLÁ-LAS ao máximo enquanto ainda são legais. Utilize este resumo para difundir os pontos principais e conceitos da lei na família, em grupos, na igreja etc. Uma idéia é organizar palestras, debates ou discussões que levem a esta reflexão.
- 2. Ficar de olho e fiscalizar se a lei está sendo cumprida:** Neste documento segue uma lista de pontos do Estatuto que cada pessoa para ajudar a

monitorar. A idéia é fazer com que o Estatuto seja cumprido na íntegra, fazendo com que os olhos da comunidade sejam uma espécie de “observatório da lei”. Para isso, uma idéia é distribuir esta lista, colocar em murais e outros locais de grande circulação. Assim todos podemos ficar atentos!

3. **Trabalhar o conceito da lei: Menos Armas, Mais Vida:** Todas as boas leis são embasadas em princípios e conceitos. O Estatuto do Desarmamento nasceu do princípio que uma arma não traz segurança e isso fica provado por inúmeras pesquisas. Afinal de contas, podemos ver todos os dias nos jornais mortes que poderiam ser evitadas se uma arma não estivesse presente em determinado conflito. Por isso, preparamos um documento contendo estes princípios e dados para embasar discussões sobre o tema. Todos podem utilizá-lo da maneira que considerarem melhor... em palestras, discursos, sermões ou bate papos. O importante é fazer com que as pessoas percebam que quanto menos armas tivermos em circulação, mais vidas estaremos salvando!
4. **Promover ações preventivas, como Campanhas de Desarmamento Infantil:** Destacamos neste documento este tipo de campanha pois é algo bem concreto e simples que pode ser feito em escolas, igrejas, comunidades etc. Envolve tanto crianças, quanto jovens e também adultos. Afinal, no momento em que uma criança diz aos pais que irá trocar uma arma por um livro, por exemplo, instaura naquela família uma discussão sobre a necessidade de uma arma e é possível a partir daí começar a trabalhar o Estatuto do Desarmamento e até valores mais amplos de Cultura de Paz e não violência. Segue junto a este documento mais detalhes de como fazer uma Campanha de Desarmamento Infantil.
5. **Contribuir com a Campanha Nacional de Registro de Armas:** A exemplo da Campanha de Entrega Voluntária de Armas, que aconteceu nos anos de 2004 e 2005, no final de outubro está prevista uma Campanha Nacional de Registro de Armas para todos que possuem armas regularizarem sua situação. Apesar de incentivarmos que as pessoas devolvam estas armas, achamos fundamental ter o cadastro atualizado e completo daquelas armas que por ventura continuarão em circulação. Por isso pedimos o apoio de todos os parceiros comprometidos com o controle das armas para divulgar e participar de mais esta Campanha. Segue junto a este documento mais detalhes sobre a Campanha Nacional de Registro de Armas.
6. **Fazer parte da Rede Desarma Brasil:** Desde 2005 existe uma Rede de parceiros de todo o Brasil preocupados e trabalhando para o controle de armas e outras questões de segurança pública e Cultura de Paz. Segue junto a este documento mais detalhes sobre esta Rede, seus participantes e como fazer para participar.
7. **Participar e apoiar Campanhas que devem ser assumidas pela sociedade civil:** Além da Campanha de Recadastramento e a divulgação da lei, a Rede Desarma Brasil acaba se envolvendo e propondo ações para outros temas referentes ao controle de armas. Por exemplo, a CPI do tráfico de armas, pedido de mais verba para a segurança pública e etc. Abaixo você verá uma listas destes temas, ações e Campanhas e como poderá ajudar.
8. **Pressionar o Governo do Estado para que o Estatuto do Desarmamento seja cumprido localmente:** O Controle das armas de fogo no Brasil está nas mãos da Polícia Federal, mas os estados têm que contribuir para potencializar a fiscalização e ajudar que todas as medidas previstas no Estatuto sejam de fato cumpridas. Por isso, segue em anexo uma carta que entregaremos aos governos de todos os estados com pontos fundamentais a serem cumpridos por eles. É essencial também que a sociedade civil organizada de cada estado continue cobrando e pressionando para que estas medidas sejam cumpridas.

Você sabia
que existe
uma lei
que está
salvando
vidas?



Cumpra-se o Estatuto do Desarmamento

O Estatuto do Desarmamento é um conjunto de leis que controla o uso e a venda de armas de fogo no Brasil, visando **reduzir o número de armas em circulação no país**. Comparado a leis semelhantes de outros países, o Estatuto é uma das leis mais modernas em vigor na atualidade.

Para tanto, estabeleceu uma série de medidas essenciais. Algumas delas tiveram destaque especial já que impactaram diretamente a vida da população. Por exemplo:

O **porte de armas** para civis foi **proibido**, ou seja, ninguém mais pode andar armado. Exceto as forças policiais. É permitido a um cidadão comum apenas ter uma arma em sua casa ou estabelecimento comercial, isto é, ter a posse da arma. Mas seguindo os rígidos critérios e testes da nova lei. Isso garante que pessoas sem preparo possam circular com armas de fogo.

Novas regras para a compra de armas e idade mínima para isso (25 anos) foram criadas, para diminuir cada vez mais o risco de jovens terem acesso a armas de fogo, já que esta é a maior parcela que mais sofre com a violência armada.

Foi realizada a **segunda maior Campanha de Entrega Voluntária de Armas** do mundo, que recolheu e destruiu quase 500 mil armas, ficando atrás apenas da Austrália. E a **maior consulta pública do mundo**, o Referendo Popular, que colocava em votação o artigo 35 do Estatuto, onde a população decidiu pela não proibição do comércio de armas e munições e teve o mérito de levar a discussão sobre o tema a todas as esferas da população e trazer a tona o grande debate sobre a segurança pública em nosso país.

No entanto, o Estatuto do Desarmamento é muito mais do que isso!

Aumenta o controle sobre a produção e a venda de armas, não só para civis, mas **órgãos públicos e empresas de segurança privada**.

Centraliza a emissão dos **registros de armas na Polícia Federal** (SINARM – Sistema Nacional de Registro de Armas).

Integra o banco de dados do exército e da polícia federal (SIGMA e SINARM), colocando todas as armas em banco de dados que trocam informações.

Prevê a marcação da munição vendida para órgãos públicos.

Cria o crime de tráfico ilegal de armas, que antigamente não existia.

Pune com mais rigor as forças policiais que têm direito ao porte ou os cidadãos que solicitam a posse quando cometem crimes com ela.

Agora, é muito importante que toda a sociedade conheça o Estatuto do Desarmamento para monitorá-lo e divulgá-lo, ressaltando que boas leis dão resultados concretos!

Fique de olho na sua segurança!

Ajude a fiscalizar e ver se o Estatuto do Desarmamento está sendo cumprido.

- Toda arma de fogo deve estar registrada, caso você conheça uma pessoa que tenha uma arma não registrada, estimule que ela entregue esta arma (Veja como no final deste documento) ou que ela regularize a situação na Campanha Nacional de Registro de armas que acontecerá no final de 2006.

- Para adquirir uma arma de fogo, o interessado deve:

* Declarar efetiva necessidade, comprovando porque precisa deste instrumento.

* Ter, no mínimo, 25 anos.

* Apresentar cópia autenticada da carteira de identidade

* Comprovar idoneidade (com a apresentação de certidões de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral) e de não estar respondendo a inquérito policial ou processo criminal.

* Apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência fixa.

* Comprovar capacidade técnica, atestada por empresa de instrução de tiro cadastrada no Comando do Exército.

* Comprovar aptidão psicológica, atestada por psicólogos do quadro da Polícia Federal.

ATENÇÃO: A pessoa tem que primeiro atender a todos estes requisitos, para então o SINARM (Sistema Nacional de Registro de Armas) expedir a "autorização de compra" em nome do requerente e para a arma indicada. Apenas com esta "autorização" é que a pessoa pode ir até uma loja de armas. Caso você saiba de casos em que a pessoa não fez assim, alerte a de que está com uma arma ilegal ou denuncie o estabelecimento à Polícia Federal do seu estado.

- Uma pessoa **só pode comprar munição do calibre permitido** para a arma que tem o registro. Caso você saiba de casos em que a pessoa não fez assim, alerte a de que está com munição ilegal e denuncie o estabelecimento à Polícia Federal do seu estado.

- Todas as munições comercializadas no país devem estar em embalagens com sistema de código de barras gravado na caixa, para identificar o fabricante e o adquirente. Caso você conheça alguém que tenha comprado munições fora deste padrão, alerte que estão irregulares e denuncie o estabelecimento à Polícia Federal do seu estado.

- As munições usadas pelas policias tem que estar marcadas na parte de trás dos projéteis, identificando lote e adquirente. Caso você conheça ou veja casos que não sejam assim, à Polícia Federal do seu estado.

- A empresa ou loja que vende armas e munições no Brasil é obrigada a comunicar a venda ao SINARM, além de manter um banco de dados com todas as características e cópia dos documentos. Se você conhece algum estabelecimento que não faz isso, à Polícia Federal do seu estado.

Fique de olho na sua segurança!

Ajude a fiscalizar e ver se o Estatuto do Desarmamento está sendo cumprido.

- **Armas de fogo não podem ser dadas de pessoa para pessoa.** Esta transferência somente poderá ser feita com autorização do SINARM. Caso contrário, a arma passará a ser ilegal. Caso você saiba de casos como estes, alerte as pessoas que estão com armas ilegais, estimule que entreguem ou que regularizem a situação na Campanha Nacional de Registro de armas que acontecerá no final de 2006.
- Quem tem o **registro de uma arma, tem que renová-lo de 3 em 3 anos** junto à Polícia Federal. Caso você saiba de casos em que pessoas não fizeram isso, alerte as que estão com armas ilegais, estimule que entreguem ou que regularizem a situação na Campanha de Registro de armas que acontecerá no final de 2006.
- **Caso uma arma seja roubada ou extraviada**, o dono é obrigado a comunicar à polícia Militar ou Civil de seu estado imediatamente. Caso você conheça casos como este, alerte as pessoas que se não o fizerem podem vir a ser acusadas por crimes que não cometeram.
- Somente **Guardas Municipais** de cidades de regiões metropolitanas ou com mais de 250 mil podem ter armas em serviço. Se você conhece casos que estejam fora destas especificações, ligue para a Polícia Federal do seu estado. Lembre-se, o Guardas Municipais usam as armas somente em serviço, ou seja, não podem levar para suas casas.
- As **empresas de segurança privada têm que ser registradas no SINARM** (Sistema Nacional de Registro de Armas). Quando for contratar este serviço, procure bem e verifique junto à Polícia Federal se esta está devidamente cadastrada. Existem muitas empresas de segurança fantasmas. **Fique atento!** Os funcionários das empresas de segurança precisam estar cadastrados na Polícia Federal e devem preencher todos os requisitos necessários para ter uma arma descritos acima. Não aceite uma empresa que não esteja devidamente registrada, você pode comprar gato por lebre! Para verificar ligue para a Polícia Federal do seu estado.
- **Se você contratar segurança privada para cuidar da sua rua ou casa, peça para que não tenha arma em serviço. Exija um mecanismo de comunicação eficiente com a polícia. Assim, você correrá menos risco e sua família estará mais segura!**
- A fabricação, venda e importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo estão proibidas. Caso veja lojas que estão vendendo este tipo de produto, denuncie à Polícia Federal do seu estado.
- Organizadores de eventos planejados para locais fechados e com mais de 1000 pessoas, devem adotar medidas para impedir a entrada de armas de fogo. Esta medida é importante para evitar tragédias! Caso conheçam eventos que não se enquadram nisso, denuncie à Polícia Federal do seu estado ou mesmo à Polícia Militar.

Menos Armas, Mais Vidas



Ilustração utilizada na Campanha "Cinco Mitos sobre a violência que precisam ser quebrados", do Instituto Sou da Paz.

Uma arma de fogo não traz segurança para ninguém, ao contrário, traz mais riscos para quem a utiliza e para todos que estão a sua volta.

Pode parecer brincadeira, mas conflitos como o de "Carlinhos" acontecem toda hora e são resolvidos da mesma maneira, com uma arma ao invés do DIÁLOGO! E num instante Carlinhos passou a ser um criminoso e mais um brasileiro foi morto.

Em São Paulo, segundo a Divisão de Homicídios da Polícia Civil [DHPP-SP 2004], o primeiro motivo para homicídios é "vingança" entre pessoas que se conhecem e que não possuem nenhum vínculo com o tráfico de drogas ou outras atividades criminosas. Para se ter uma idéia, em São Paulo, as vítimas de latrocínio – matar para roubar – correspondem a menos de 5% das vítimas de homicídio. [Secretaria de Segurança Pública - SP 2004]

As armas em casa se voltam contra a própria família. Os pais guardam armas para defender suas famílias, mas os próprios filhos acabam por encontrá-las, provocando-se, assim, trágicos acidentes. No Brasil, duas crianças (entre 0 e 14 anos) são feridas por tiros acidentais todos os dias. [Datusus, 2002].

Usar armas em legítima defesa só dá certo no cinema. Segundo o FBI [FBI, 2001], "para cada sucesso no uso defensivo de arma de fogo em homicídio justificável, houve 185 mortes com arma de fogo em homicídios, suicídios ou acidentes".

Por tudo isso, o Brasil passou a ser o país do mundo com o maior número de pessoas mortas por armas de fogo. Em 2003 foram 108 mortes por dia, quase 40 mil no ano! [DATASUS, 2003]

Arma de fogo é a primeira causa de morte de homens jovens no Brasil! Mata mais que acidentes de trânsito, AIDS ou qualquer outra doença ou causa externa. [DATASUS, 2003]

Vamos virar este jogo! A proibição do comércio de armas de fogo e munição, isoladamente, não é capaz de solucionar o problema da criminalidade. Mas é um passo fundamental em direção a uma sociedade mais segura, sem mortes banais. Temos que continuar trabalhando por pactos internacionais pelo desarmamento, por melhorias no sistema de justiça e nas polícias e claro, pela redução da desigualdade social em nosso país.

Leve este tema para ser debatido em grupos, na família, na sua igreja... Com informação e consciência podemos transformar a sociedade que vivemos!

Ações Preventivas



Campanha de desarmamento infantil.

Uma atividade simples que pode ser realizada para trabalhar a prevenção é organizar **Campanhas de Desarmamento Infantil**. Muitas cidades, escolas e organizações já fizeram isso e conseguiram trabalhar conceitos importantes com as crianças.

O primeiro deles é o **DIÁLOGO**. Uma arma de fogo num conflito tira a possibilidade de resolvê-lo pacificamente. Armas matam ou machucam pessoas, nessa idéia podemos trabalhar a questão do **OUTRO** e dos **DIREITOS HUMANOS**.

Para fazer uma Campanha de Desarmamento Infantil basta a escola, igreja ou organização:

- Fazer uma parceria com alguma fábrica ou loja de brinquedos ou editora de livros e revistas infantis para cederem os brindes que serão dados às crianças quando entregarem suas arminhas.
- Marcar um dia para a troca das armas pelos brindes, de preferência num local público.
- Divulgar bem entre crianças e pais

Uma idéia bacana é fazer uma destruição simbólica destas arminhas e mandar o material plástico para reciclagem. Se com todo o plástico restante for possível fazer outro objeto ou, de repente, uma obra de arte, excelente! As crianças verão que até mesmo uma arma pode ser transformada!

Já houve várias Campanhas de Desarmamento Infantil bem sucedidas. Dois bons exemplos são os das cidades de Cariacica, no Espírito Santo e em Diadema, na grande São Paulo. Em ambas, escolas, prefeitura e igrejas se juntaram para fazer a Campanha e hoje não há mais armas de brinquedo para serem vendidas na cidade.

Uma Campanha de Desarmamento Infantil é sempre uma oportunidade para trabalhar o tema com os adultos, pais das crianças.

Campanha Nacional de Registro de Armas

Uma das medidas previstas no Estatuto do Desarmamento é uma Campanha Nacional de Registro de Armas. Estima-se que o número total de armas em circulação no Brasil seja de 17,5 milhões [ISER-Small Arms Survey, 2005]. Apenas 10% dessas armas pertencem ao Estado (forças armadas e polícias), o resto, ou seja, 90%, está em mãos civis e muitas vezes sem registro.

Precisamos agora fazer uma grande Campanha para que todos os brasileiros que tenham armas façam o registro novamente, para que possamos ter estes dados atualizados no SINARM – Sistema Nacional de Registro de Armas.

Para tanto, contaremos com a rede de parceiros espalhada pelo Brasil que poderá divulgar nos quatro cantos a importância da Campanha. Ela está prevista para começar no finalzinho de outubro, assim que terminar o segundo turno da eleição presidencial.

Em breve mandaremos mais informações. Desde já contamos com todos os parceiros para auxiliar nesta Campanha. É muito importante também que durante este processo, estimulemos as pessoas a além de registrar sua arma, entregá-las para serem destruídas. Vejam abaixo como entregar uma arma hoje.

Como Entregar uma Arma de Fogo Hoje

Em 2004 e 2005 aconteceu no Brasil a Campanha de Entrega Voluntária de Armas. Neste período havia uma anistia onde qualquer pessoa poderia entregar uma arma, legal ou ilegal. Infelizmente esta Campanha chegou ao fim. Foram 13 meses de Campanha em que cerca de meio milhão (459.000) de armas foram entregues pela população.

No entanto, você ainda pode entregar a sua arma de fogo. Veja como:

Para as armas que estão devidamente REGISTRADAS:

1. Certifique-se que sua arma está registrada na Polícia Federal. Caso você tenha dúvida, ligue para a superintendência da Polícia Federal do seu estado, que eles o informarão.
2. Se estiver tudo certo com o registro, você deve dirigir-se à Polícia Federal e retirar uma “guia de trânsito” para levar a arma da sua casa até a Polícia Federal. A “guia de trânsito” é um documento que lhe dá a segurança de transportar a arma sem infringir a lei, já que o porte de armas hoje é proibido no país. É válida por um dia e apenas para o trajeto que você descrever.
3. Com a guia de trânsito em mãos, você deve levar a arma à Polícia Federal. Lembre-se: leve a arma descaracterizada, ou seja, embalada para parecer que não é uma arma. Uma boa dica é enrolá-la num saco de supermercado ou colocá-la numa caixa de sapato. E com as munições separadas.
4. Ao entregar, você receberá um “termo de entrega”. E se tudo estiver correto com o registro da arma, você ainda poderá receber a indenização no valor de R\$ 100,00 à R\$ 300,00 reais, dependendo do modelo da arma, como na Campanha de Entrega Voluntária de Armas.

Para as armas que NÃO estão devidamente REGISTRADAS:

1. Caso sua arma não esteja registrada, você também deverá se dirigir a Polícia Federal e retirar a “guia de trânsito” para levar a arma da sua casa até a Polícia. Lembre-se: A “guia de trânsito” é um documento que lhe dá a segurança de transportar a arma sem infringir a lei, já que o porte de armas hoje é proibido no país. É válida por um dia e apenas para o trajeto que você descrever.
2. Com essa guia você levará a arma até a Polícia Federal onde ela será “apreendida”. Após a apreensão você será ouvido pelo delegado federal presente que dará procedimento ao caso, verificando o passado daquela arma, isto é, se ela foi anteriormente apreendida ou usada em algum delito, por exemplo.
3. Se tudo estiver certo, a entrega da arma foi efetuada e você receberá um “termo de entrega”. O processo será encaminhado para Polícia Federal em Brasília, que decidirá se você receberá indenização pela arma entregue ou não.

Rede Desarma Brasil

Segurança, Justiça e Paz



Desde 2003, com a aprovação de uma nova lei de controle de armas, o Estatuto do Desarmamento, organizações sociais de todo o Brasil passaram a trabalhar para maior conscientização da população sobre o tema. Durante toda a Campanha de Entrega Voluntária de Armas e para o Referendo Popular estes parceiros tiveram papel decisivo na consolidação do desarmamento no país.

Assim, buscando unir esforços em torno de uma questão de vital importância para todos, foi criada em março de 2005 a *Rede Desarma Brasil – Segurança, Justiça e Paz*, formada por organizações dos vários estados do país que trabalham com segurança pública, enfrentamento da violência e promoção da Cultura de Paz e não-violência.

Atualmente, a *Rede* tem por objetivo consolidar o Estatuto do Desarmamento, informando à sociedade o seu conteúdo, fiscalizando e influenciando o processo da sua implementação. Pretende, ainda, ampliar o seu foco de atuação e trabalhar com outros temas referentes à segurança pública e à promoção da Cultura de Paz. A idéia é que se crie um grupo forte da sociedade civil brasileira que possa pautar a agenda nacional e o debate nas diversas regiões do país.

Em 2005, foram realizados dois Encontros para reunir todos os parceiros e tirar propostas de atuação. No início de 2006, a *Rede* teve um terceiro encontro, onde elaborou um planejamento estratégico, com ações para:

- Comunicação e Divulgação da Rede e do Estatuto do Desarmamento
- Difusão e Construção da Cultura de Paz
- Pressão Política e Implementação do Estatuto do Desarmamento

Atualmente, os trabalhos da Rede são coordenados pela Beatriz Cruz, do Instituto Sou da Paz (beatriz@soudapaz.org), através de um grupo de e-mails virtual (desarmabrasil@yahoogrupos.com.br), cuja a idéia é discutir alguns temas ou assuntos práticos, de maneira informal. Em breve, teremos uma identidade visual própria e um site conjunto, chamado De Olho no Estatuto do Desarmamento, uma espécie de observatório da nova lei, que todas as organizações terão o papel de alimentar e divulgar.

A articulação das redes religiosas é coordenada pelo Viva Rio, através do projeto Religião e Paz, coordenado por Andre Porto (andre@vivario.org.br)

Veja as organizações que fazem parte da Rede Desarma Brasil:

AM	PR
União dos Escoteiros do Brasil alt@scoutbadges.net	Londrina Pazeando paz@londrinapazeando.org.br
Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia sinfrajupe_manaus@yahoo.com.br	IDDEHA - Instituto de Defesa dos Direitos Humanos anitacosta@xmail.com.br
União dos Estudantes mariolucio15@bol.com.br	PE
BA	Visão Mundial carlosbonfa@yahoo.com.br
Estado de Paz suzanav@atarde.com.br	RJ
Fórum Comunitário Combate a Violência fccv@ufba.br	Viva Rio andre@vivario.org.br rangel@vivario.org.br
CE	ONG Dias Melhores cbddc@compuland.com.br
Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza dudaquadros@hotmail.com	Associação dos Parentes das Vítimas de Vigário Geral iracildatoledo@bol.com.br
Instituto Gaia borgescoml@bol.com.br	URI – Iniciativa das Religiões Unidas aporto@uri.org
Rede Gandhi-CE neusagoya@baydenet.com.br	RN
DF	Rede Fale Frente Evangélica leandro_amme@yahoo.com.br
CONVIVE - Comitê Nacional de Vítimas da Violência valeria.velasco@convive.org.br regis@regisimagem.com.br	Associação de Mulheres do RN
Grupo Atitude maxatitude@ibest.com.br	Unipaz f.tavares@digi.com.br
União dos Escoteiros do Brasil cbarreira@yawl.com.br	RS
Comissão Direitos Humanos do Senado crisanto@senado.gov.br	Educadores para a Paz marcelo@educapaz.org.br
Comissão Brasileira de Justiça e Paz cbjp@cbjp.org.br tel: 61-3323-8713	Campanha Brasileira Contra as Minas Terrestres
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	GUAYÍ Democracia, Participação e Solidariedade brennerguimaraes@yahoo.com.br
Amigos da Paz everardoaguiar@yahoo.com.br	Ong Teira nicorgs@yahoo.com.br
CONIC – Nacional - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil conic.brasil.adm@terra.com.br	RO
ES	Polícia Federal-RO joao.jbc@dpf.gov.br
Movimento Paz-ES e.junior@paz-es.org.br	CJP – RO Comissão de Justiça e Paz estrelaamoedo@yahoo.com.br
Coordenadoria de Segurança Urbana de Vitória valparaiso@terra.com.br	SC
MT	Nação Hip Hop rioprod@terra.com.br
Polícia Militar-MT cmtbatista@mixa.com.br	SP
PA	Instituto Sou da Paz beatriz@soudapaz.org
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PA) kleversonrocha@ig.com.br	Conectas DH andre@conectas.org
PB	
MovPaz almirlaureano@yahoo.com.br	
ABRADE - Associação Brasileira de Divulgadores do Espiritismo marcelof@jpa.neonline.com.br	

Campanhas que devem ser assumidas pela sociedade civil

A Rede Desarma Brasil precisa de cada vez mais força nos estados para que diversas Campanhas e discussões sejam levadas aos quatro cantos do país. Veja algumas delas, participe e contribua.

PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES PARA OS PAÍSES VIZINHOS - Ao constatar que 13% das armas apreendidas com bandidos no Brasil tinham sido originalmente vendidas legalmente para os países vizinhos, retornando para as mãos dos bandidos (armas de venda proibida no Brasil para civis), foi aprovada a Resolução 17, do Ministério da Indústria e Comércio, que taxou em 150% as exportações de armas brasileiras para os países da América Latina e Caribe. Atualmente, em 39 cidades situadas nas fronteiras do Brasil com Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai as lojas de armas, que em 2000 estavam abarrotadas de armas e munições brasileiras, não vendem mais produtos brasileiros. Isto é, a Resolução 17 está dando excelentes resultados, dificultando que os bandidos se armem. Mas o lobby da indústria de armas e munições, e também da empresa austríaca Glock (que quer produzir pistolas no Brasil para exportação), estão pressionando o governo para derrubar a Resolução. É preciso nos mobilizar para impedir que revoguem uma das poucas medidas tomadas contra os bandidos que está tendo efeito.

APOIO À CPI DAS ARMAS - No final de novembro, a CPI sobre o Tráfico Ilícito de Armas, que existe há um ano e meio na Câmara de Deputados, deve concluir seus trabalhos. É importante haver uma mobilização da sociedade para que seu relatório final revele tudo aquilo que foi levantado em mais de 100 interrogatórios de policiais, bandidos, fabricantes, especialistas, etc., e que medidas sejam tomadas a respeito de importantes constatações: há pouco controle no transporte das armas e munições quando saem das fábricas no Brasil, que acabam sendo desviadas; há muito desvio de armas e munições das polícias estaduais para as mãos dos bandidos; não há controle efetivo nas fronteiras, portos e aeroportos; os estados não estão enviando as informações sobre armas e munições apreendidas para a PF; é precário o controle sobre as lojas que vendem armas e munições, e muito desvio ocorre para o mercado clandestino, etc.

VERBA PARA A SEGURANÇA PÚBLICA - Pesquisas de opinião revelaram que muitos dos que votaram "Não" no referendo sobre a proibição do comércio de armas e munições de outubro passado, assim o fizeram para protestar contra o descaso do governo com a segurança pública, investindo menos de 10% da verba destinada ao setor, não promovendo a reforma da polícia, etc. Devemos promover um movimento de apoio ao projeto de lei do senador Renan Calheiros, presidente do Senado, que estabelece um percentual de verba do orçamento para aplicação obrigatória na Segurança Pública, como já se faz na Educação e na Saúde;

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA - É notória a falta de prioridade que os governos têm dado à segurança pública, quando a insegurança aparece como primeira preocupação do brasileiro, segundo as pesquisas de opinião. No Congresso já existem várias propostas de criação de um Ministério da Segurança Pública, que force o governo a tratar da segurança com a prioridade que a população exige.

Campanhas que devem ser assumidas pela sociedade civil

PLANO DE SEGURANÇA PÚBLICA - No início de 2005, por iniciativa da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, e financiado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, cerca de 100 especialistas da área de segurança produziram o documento "Arquitetura do Sistema Único de Segurança Pública", um plano pormenorizado de reforma para todas as áreas da segurança pública, do controle de armas, à reforma do sistema prisional, reforma da polícia, política de informação em segurança, treinamento de policiais, municipalização da segurança, etc. Este plano nacional está até hoje na gaveta, e deveríamos pressionar para que (1) seja divulgado, (2) seja debatido pela sociedade e (3) seja aplicado.

ADINS CONTRA O ESTATUTO DO DESARMAMENTO: Existem no Supremo Tribunal Federal 8 Ações de Inconstitucionalidade (ADINs), movidas por partidos fisiológicos como o PTB e por associações corporativistas de policiais, com o objetivo de revogar o Estatuto do Desarmamento. ONGs como o Viva Rio, Sou da Paz e Conectas estão defendendo o Estatuto no STF, mas o apoio da sociedade civil pode fazer a diferença;

PROJETOS DE LEI CONTRA O ESTATUTO DO DESARMAMENTO: No Congresso Nacional foram apresentados mais de 10 projetos de lei revogando, ou modificando, artigos do Estatuto do Desarmamento. É necessário que a sociedade civil se mobilize em apoio a nova lei, para que não ela não seja mutilada, e para que seja aplicada em sua integralidade. Até agora, passados mais de 2 anos, foram aplicados apenas a proibição do porte de armas, as restrições à venda de armas, a campanha de entrega voluntária de armas (que recolheu meio milhão de armas), o referendo, a elevação da idade mínima para comprar armas de 21 para 25 anos, a marcação da munição para possibilitar seu rastreamento, e poucos outros artigos menos importante. Mas são 37 artigos, que em sua maioria não foram aplicados, por resistência de policiais, fabricantes, vendedores, militares e outros setores que têm a perder com o controle de armas e munições. Com a aplicação de poucos artigos do Estatuto, o país reduziu em 5.000 o número de mortes por arma de fogo em 2005, se comparado com o ano anterior. Imagine-se quantas mais vidas teriam sido salvas se o Estatuto estivesse sendo plenamente aplicado?

APOIAR OUTRAS CAMPANHA DE ENTREGA VOLUNTÁRIA DE ARMAS: Pressionar o MJ para que realize todos os anos, durante um mês determinado, novas campanhas de entrega voluntária de armas, para ir recolhendo os mais de 15 milhões de armas que estão nas mãos de civis (90% das armas no país, quando a média mundial é de 60%); apenas 10% dos 17 milhões de armas que existem entre nós estão nas mãos das autoridades públicas, e 50% são ilegais.

Proposta aos Governos Estaduais

Para ajudar a implementação do Estatuto do Desarmamento devemos pressionar os governos estaduais para que estes ajudem a tirar do papel algumas medidas previstas na lei.

Abaixo segue a proposta que faremos ao governo estadual por onde a Caravana da Segurança Humana passar.

Propostas aos governadores:

- 1) A Caravana Comunidade Segura solicita ao governador que a sua polícia cumpra o Estatuto do Desarmamento, que exige que as polícias estaduais informem a PF, diretamente ao SINARM (Sistema Nacional de Armas) sobre armas e munições apreendidas no Estado, para que constem do banco nacional de dados do SINARM. No geral, as polícias estaduais não estão cumprindo essa norma, e sem um banco de dados atualizado, fica praticamente impossível a PF promover o rastreamento das armas envolvidas em crimes, e assim desbaratar as quadrilhas que abastecem de armas e munições a criminalidade. O SINARM já conta com escritórios em todas as capitais do Brasil.
- 2) Apenas os governos dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo abriram suas informações sobre armas e munições para que especialistas civis as analisassem. Por isso, apenas estes Estados contam com bons mapeamentos das armas que circulam dentro de suas fronteiras, condição básica para reprimir o tráfico ilícito de armas. Por isso, governador deve orientar sua polícia no sentido de se abrir à colaboração de pesquisadores credenciados a analisarem essas informações, trabalho muito especializado e que nada tem a ver com o trabalho de inteligência da polícia; é um trabalho que demanda conhecimentos específicos de sociólogos ou economistas, que trabalharão com estatísticos especializados.
- 3) Solicitamos ao secretário de segurança e ao comando das polícias civil e militar que informem à Caravana Comunidade Segura e à sociedade civil organizada o procedimento no estado quando alguém é pego com arma sem o porte da mesma. Essa informação é muito importante para avaliarmos como a lei está sendo cumprida nos vários estados do Brasil.
- 4) Em alguns estados do país, a toda munição transpassante usada pela polícia foi substituída por não transpassante, o que reduz o número de mortes em combate, preservando vidas civis e de policiais. Solicitamos ao governador que informe à sociedade civil organizada qual o tipo de munição utilizada por sua polícia e, sendo essa transpassante, que seja analisada a possibilidade de se fazer a troca.
- 5) Militares e policiais estão capacitados a usar as armas, e precisam ser treinados para saberem analisá-las, o que é uma especialização. Para se contar com um quadro realista da situação das armas e munições no Estado, é necessário se contar com bons dados, que serão analisados. Para que se produza bons dados, o pessoal que registra a apreensão desses produtos tem que ser capacitado. A PF está apenas no início de um processo de auto-capacitação nessa área, que surgiu apenas com a recente aprovação do Estatuto do Desarmamento. Podemos colaborar não apenas com o treinamento de policiais, militares e civis, mas com a difusão do Manual de Classificação e Identificação de Armas de Fogo, disponível para a capacitação de pessoal especializado.

COAV – CRIANÇAS E JOVENS EM VIOLÊNCIA ARMADA ORGANIZADA

O envolvimento de crianças e adolescentes em violência armada organizada vem tomando proporções alarmantes, não só no Rio de Janeiro, mas também em diversas outras partes do Brasil e do mundo.

O Brasil não está em guerra, porém, mais jovens vêm morrendo, vítimas de armas de fogo, no Rio de Janeiro do que em diversas regiões do mundo reconhecidas oficialmente como regiões em conflito armado.¹ Tais grupos armados, na maioria das vezes, não são politicamente orientados, nem desejam ocupar o lugar do Estado. Pelo contrário, tais grupos são economicamente orientados e visam acima de tudo aumentar seus lucros. Esta realidade se repete (com especificidades próprias de cada parte onde ocorre este fenômeno) em diversas partes do mundo e é urgente que se defina uma linha de ação para lidar com esta realidade.

Quando se compara o perigo gerado por armas de fogo às crianças e adolescentes no Rio de Janeiro com àquele gerado por situações de conflito armado reconhecidas, a gravidade da situação no Rio de Janeiro é evidente. Com o objetivo de elucidar o acima exposto, houve 467 menores mortos no conflito Israel e Palestina entre dezembro de 1987 e novembro de 2001.² Durante o mesmo período, apenas no município do Rio de Janeiro, 3.937 crianças e adolescentes foram mortos devido a ferimentos relacionados com armas de fogo.³

Hoje no Rio de Janeiro o tráfico de drogas é composto de grupos armados ou facções que submetem as comunidades moradoras das favelas aos seus interesses políticos e econômicos via dominação territorial e militar.⁴ Confrontos armados entre facções rivais e a polícia são hoje comuns no dia a dia da cidade e os grupos armados têm domínio sobre quase todas as 800 favelas da cidade. A violência relacionada ao comércio de drogas e disputas territoriais entre facções rivais podem ser vistas como o principal fator causal no aumento de 140% no número de mortes relacionadas a armas de fogo no município do Rio entre 1979 e 2000.⁵

A ausência histórica da atuação policial e a quase completa ausência de investimentos socioeconômicos nas favelas nas últimas décadas deixaram um vácuo que foi preenchido pelas facções criminosas que terminaram por assumir o tradicional papel do Estado no ordenamento social dentro das comunidades.⁶

Níveis altíssimos de corrupção policial e uma política pública repressiva têm levado a uma espiral de violência entre ambos os lados e fracassam em lidar com os problemas socioeconômicos que acabam por levar muitas crianças e adolescentes a “escolher” o tráfico de drogas a melhor das opções.

¹ For example, the Stockholm International Peace Research Institute estimates that between 1978 and 2000, a total of 39,000 people died as a result of the civil conflict in Colombia. In the same period, a total of 49,913 people died from small arms fire in the municipality of Rio de Janeiro, Brazil (DATASUS - Ministério de Saúde, Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro)

² Statistics supplied by the Israeli Information Centre for Human Rights in the Occupied Territories.

³ Provided by DATASUS - Ministério de Saúde, Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro

⁴ Souza Josinaldo Aleixo de, “Socibilidades emergentes – Implicações da dominação de matadores na periferie e traficantes nas favelas”, tese de doutorado, UFRJ, 2001

⁵ In 1980 there were 1430 recorded deaths by firearms in the municipality of Rio de Janeiro. In 2000 there were 2649. Small arms deaths peaked in 1998 with a total of 3182 fire arms related homicides. (Ministério de Saúde, Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro).

⁶ Known as the ‘law of the favlea’.

ATENÇÃO! CRIANÇA SOLDADO ≠ DELINQUENTE JUVENIL ≠ COAV

A despeito das semelhanças entre estes três conceitos, categorizar crianças e jovens envolvidos em violência armada organizada como crianças soldado seria problemático tendo em vista que muitos dos países onde este fenômeno ocorre não estão em estado de guerra. Além disso, se categorizarmos estas crianças como soldados, isto legitimaria os níveis altos de força letal já utilizados contra eles. Também não se pode equiparar COAV com delinqüente juvenil. A estrutura de comando, os níveis dos confrontos armados, a dominação territorial e o poder sobre a população local encontrados em diversos grupos armados organizados não nos permite igualar COAV com a noção tradicional de delinqüentes juvenis. Estas crianças e jovens devem ser tratadas de forma diferente, pois vivem uma realidade diferente na medida em que carregam armas de fogo, recebem um salário e encaram a morte como parte de seu cotidiano, estando “preparados” para matar ou morrer.

Assim, apesar das similaridades com as categorias de criança soldado e delinqüente juvenil, ambas as denominações fracassam ao tentar representar o crescente número de crianças e adolescentes em todo o mundo que se engaja em grupos armados organizados que funcionam fora de zonas de guerra tradicionalmente definidas.

AÇÕES DESEJADAS PARA LIDAR COM COAV/ RECOMENDAÇÕES

Os governos têm adotado uma resposta comum para este problema crescente, uma política repressiva via adoção de legislação cada vez mais dura, políticas públicas repressivas, detenção e prisão (quando não execuções sumárias). Programas estatais de prevenção e reabilitação são geralmente limitados, carecedores de fundos, quase que não-existent; isto quando o governo se nega a reconhecer COAV como um problema específico.

Ações preventivas e programas de reinserção e reabilitação são essenciais para que se ofereça alternativas a esses jovens que na maioria das vezes só conhecem a linguagem da violência e da violação e supressão de seus direitos. É necessário o estabelecimento de ações práticas no sentido da prevenção e/ou reabilitação daqueles já envolvidos na violência armada.

RECOMENDAÇÕES

1. Reconhecimento: o envolvimento crescente de crianças e jovens em grupos armados organizados, fora de situações de guerra, é um problema distinto que precisa ser reconhecido tanto pelas agências internacionais de proteção à criança quanto pelos governos nacionais.⁷ O reconhecimento de crianças e jovens, na violência armada organizada, é importante porque a definição aceita desse fenômeno determina o tratamento dos envolvidos. Uma definição aceita é também um passo importante para se focar as necessidades e o bem estar da criança ou do jovem envolvidos, em vez de apenas os do grupo armado ao qual pertencem, quando se decidem estratégias para solução.

2. Políticas municipais/regionais específicas e integradas, baseadas em diagnósticos locais: embora compartilhem de numerosos pontos em comum como causa, organização, função e cenário, os grupos armados organizados são entidades distintas em ambientes diferentes. As descobertas deste estudo oferecem um entendimento maior de sua natureza e fornecem um modelo para o planejamento de estratégias de intervenções locais, e em nível municipal, para tratar o problema. Entretanto, não há solução rápida ou remédio que se possa aplicar uniformemente. Políticas específicas para as manifestações específicas desse problema são necessárias. As políticas deveriam se basear em um diagnóstico local que:

- Identifique a manifestação local da violência armada organizada;
- Identifique *fatores de risco* estruturais que estejam causando e/ou contribuindo para o estabelecimento e dominação de grupos armados locais;
- Identifique o grupo de risco que está mais envolvido;
- Identifique *fatores de risco e influências* que estejam causando e/ou contribuindo para que crianças e jovens “escolham” ingressar nos grupos armados locais.

Feito isso, uma política estratégica e integrada, que trate simultaneamente os *fatores de risco* estruturais e que crie *resistência* entre crianças e jovens, deveria ser elaborada e implementada em nível municipal/regional.

3. Tratamento dos *fatores de risco* estruturais:

Inclusão sócio-econômica das populações em áreas urbanas distintas: os grupos armados organizados florescem em enclaves urbanos de pobreza, geograficamente distintos, que se encontram muitas vezes distanciados do estado, devido ao fornecimento diferenciado ou inadequado dos serviços públicos à população local. Essas áreas precisam de investimento em infra-estrutura e os moradores locais precisam de programas de saúde, educação e emprego para sua inclusão sócio-econômica plena. Enquanto essas áreas não forem uma parte integrada às cidades que as cercam, os grupos armados vão continuar a ter bases geográficas e logísticas.

Inclusão educacional e oportunidades de emprego rápidas para todos os jovens: uma alta porcentagem de jovens na população local, com níveis educacionais desproporcionalmente baixos e níveis de desemprego desproporcionalmente altos, é um fator comum em todas as áreas onde os grupos armados são dominantes, com quase todos seus membros jovens estando desempregados desde que abandonaram a escola. Esses jovens precisam saber que vão ter acesso a empregos no futuro para serem estimulados a permanecer na escola. Combinar cursos educativos e empregos de meio expediente remunerados é uma forma de assegurar que os jovens completem sua educação, em vez de se envolverem em negócios ilícitos, como ingressar num grupo armado.

Policamento comunitário: em todas as áreas onde os grupos agem, a presença de forças de segurança do estado é de natureza limitada ou diferenciada. Um histórico de policiamento reativo e repressivo nessas áreas levou a uma relação deteriorada entre a comunidade local e a polícia. Em algumas áreas, as forças de segurança não têm qualquer atuação, o que encoraja os grupos armados a se tornarem uma presença abertamente armada. Entre essas duas situações, os moradores locais preferem apoiar os grupos armados dominantes que a polícia. A polícia precisa ser uma presença constante e respeitada dentro da comunidade, se quiser ganhar o apoio dos moradores e impedir que os grupos armados tenham uma existência abertamente armada.

GPAE – aplica técnicas de policiamento orientado para a resolução de problemas

Empregadas em diversos departamentos de polícia, as técnicas de policiamento orientado para a resolução de problemas constituem ferramenta essencial para a gestão das iniciativas de Policiamento Comunitário em todo o mundo. Tendo em vista que o trabalho de polícia envolve muito mais do que simplesmente aplicar a lei e inibir comportamentos delituosos, o modelo de polícia comunitária baseia-se em três princípios fundamentais:

- Aumentar a eficiência do serviço policial atuando preventiva e pro - ativamente.
- Investir no conhecimento e na criatividade dos policiais na ponta da linha.
- A comunidade é a grande colaboradora e avaliadora da eficiência do trabalho policial.

O ideal é que, conjuntamente, polícia e comunidade construam as suas próprias “medidas de eficiência”. Para isso, as estratégias de resolução de problemas são orientadas por cinco princípios básicas de trabalho:

1. Diagnóstico do problema
2. Análise
3. Planejamento
4. Implementação
5. Monitoramento e Avaliação

Lidar com a corrupção e a impunidade: a maioria dos grupos armados se beneficia muito da existência de funcionários do estado, de baixo escalão, corruptos, em especial na polícia. É fundamental que a corrupção nessas áreas do aparato do estado seja combatida, a fim de diminuir a dominação dos grupos armados nos territórios onde agem e de acabar com a impunidade desfrutada por seus membros. É importante também impedir que oficiais corruptos da polícia sejam fonte de armas de fogo ilícitas e de drogas confiscadas.

Policiamento é necessário, violência ilegal do estado não: depender unicamente de um aparato do estado repressivo e violento, contra membros de grupos armados e moradores não envolvidos das comunidades onde agem, só serve para pôr a comunidade contra o estado e fazer com que ela apóie ou proteja esses grupos. Abusos de autoridade podem também levar a que os grupos se tornem cada vez mais armados, organizados e violentos em sua reação à ação do estado. O policiamento é necessário, entretanto. É fundamental que a polícia aja dentro dos limites da lei, tanto porque se trata da lei quanto para ganhar o apoio da comunidade. Os abusos de poder da polícia devem ser combatidos publicamente pelo governo

Controle de armas: o acesso irrestrito a armas de pequeno porte é comum a todos os grupos, devido ao controle frouxo do estado e ao comércio ilícito de armas. Na Irlanda do Norte, um controle de armas severo por parte do governo, sob forma de apreensões e instauração de processos, e o controle exercido pelos próprios paramilitares, a fim de manter seu poder de base nas comunidades, têm efetivamente mantido as armas longe das mãos de crianças e jovens. Isso significou que as mortes causadas por armas de fogo foram relativamente poucas durante os últimos anos do conflito e desde o Acordo da Sexta-Feira Santa, em 1998. Como esse exemplo demonstra claramente, o controle de armas é crucial para diminuir o acesso dos grupos a armas de pequeno porte e, conseqüentemente, o número de mortes por arma.

Reforma da política de drogas: em nove de cada dez países cobertos por este estudo, os grupos tiram seus lucros do comércio ilegal de armas. O acesso a economias ilícitas, como o tráfico de drogas, torna os grupos armados financeiramente auto-suficientes e fornecem os fundos necessários para a compra de armas e distribuição propinas aos funcionários do governo/estado. Os governos não vêm tendo sucesso em impedir que as drogas cheguem aos mercados ilícitos e a repressão empurrou os preços para cima, aumentando muito a competição violenta entre os traficantes, assim como seus lucros, e levando ao emprego crescente de táticas militarizadas tanto pelos grupos de traficantes quanto pela polícia. Além disso, os abusos de poder da polícia são muitas vezes cometidos sob a égide do “controle das drogas”. A demonização das drogas e dos traficantes é tal que o uso excessivo de força pela polícia, e até mesmo a execução sumária de alguns traficantes, torna-se prática aceita. Políticas alternativas para as drogas poderiam ter grande impacto no emprego de crianças e jovens pela violência armada organizada. Comparações de políticas não repressivas para drogas deveriam ser realizadas em todo o país e as alternativas promissoras serem identificadas.

4. Criar resistência através de uma rede de intervenções para prevenção, baseada na comunidade: redes integradas de intervenções para prevenção, baseadas na comunidade, deveriam ser estabelecidas em nível municipal/regional. Essas intervenções deveriam ser baseadas em diagnósticos locais e planejadas para identificar e atrair com sucesso as crianças e os jovens mais em risco, afetando seus *contextos pessoais* ao proporcionar opções e *influências* de apoio suficientes, para que eles *reajam* aos *fatores de risco* predominantes em seu ambiente, sem ingressar nos grupos armados locais.

5. Criar resistência através de uma rede de programas institucionais de reabilitação, baseada na comunidade: além da prevenção, deve-se oferecer a crianças e jovens formas de deixar os grupos armados quando quiserem ou quando forem presos pelas autoridades. Os programas de reabilitação, em nível comunitário, para os que desejam sair, e dentro das instituições fechadas, deveriam seguir uma metodologia semelhante à dos programas de prevenção. Dispor de opções suficientes,

e de *influências* de apoio, para *reagir* aos *fatores de risco* predominantes é importante para se criar *resistência* entre crianças e jovens já envolvidos e entre aqueles que “escolhem” não ingressar.

6. Reformar o sistema de justiça juvenil: para crianças e jovens que não optarem por abandonar os grupos armados organizados, a única oportunidade de contato prolongado com eles é sua possível prisão e detenção no sistema de justiça juvenil. Em muitos países onde a existência de COAV, os centros de detenção juvenil são super lotados, violentos, abusivos e possuem instalações inadequadas para reabilitar com sucesso infratores jovens. Os centros de detenção juvenis precisam de reformas drásticas, a fim de parar com os maus tratos aos detentos e de oferecer o treinamento educacional e profissional necessário, assim como programas de reabilitação.